Colégio	Sala	Ordem
00001	0001	0001

Julho/2022

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria de Estado da Administração

Concurso Público para o cargo de
Soldado do Quadro de Praças Policiais Militares Combatentes da Polícia Militar do Estado do Amapá (SD QPPMC)

Nome do Candidato	Nº de Inscrição	Nº do Caderno
Caderno de Prova 'A01', Tipo 001	MODELO	TIPO−001

Nº do Documento	ASSINATURA DO CANDIDATO
0000000000000000	

PRIMEIRA FASE
EXAME DE CONHECIMENTOS (PROVA OBJETIVA)

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Nunca ande pelo caminho traçado, pois ele conduz somente até onde os outros já foram.

- Verifique se este caderno contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
  Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: Ⓐ ● Ⓒ Ⓓ Ⓔ

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

EXAME DE CONHECIMENTOS (PROVA OBJETIVA)

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, considere o texto a seguir.

A charada do consumo

Atacar a espiral consumista é fácil; o desafio é entender a natureza do seu poder sobre a psicologia humana. A busca por respostas remonta ao mundo antigo. "A riqueza demandada pela natureza", sentenciou Epicuro no século IV a.C., "é limitada e fácil de obter; a demandada pela vã imaginação estende-se ao infinito e é difícil de obter". A centralidade da imaginação como mola propulsora do consumo reaparece, 2 mil anos mais tarde, na observação do crítico social inglês John Ruskin: "Três quartos das demandas existentes no mundo são românticas; e a regulagem da bolsa é, em essência, a regulagem da imaginação e do coração".

O espectro dos desejos de consumo, todavia, não conhece divisões absolutas. As exigências da natureza, é certo, impõem limites e têm de ser atendidas; mas seria ingênuo supor que nossas necessidades básicas de consumo possam ser demarcadas por um critério rigidamente biológico: artigos de consumo de primeira necessidade hoje em dia, como anestésicos, escovas de dente e geladeiras, eram simplesmente desconhecidos nos tempos de Epicuro.

Que o rol das coisas indispensáveis à vida cresceu na história é ponto pacífico. A pergunta inicial, porém, permanece: supridas as exigências básicas, o que move o consumo? O bombardeio de estímulos publicitários a que estamos submetidos é, sem dúvida, parte da resposta, mas é difícil acreditar que ele tenha o dom de criar do nada os desejos que insufla; se funciona, é porque encontra solo fértil em nossa imaginação. A gama das fantasias que nos impelem a consumir não é menor que a pletora de artigos disponíveis no mercado.

Há, não obstante, um aspecto peculiar da nossa "vã imaginação" que remete ao nervo do consumo no mundo moderno. Quando os meios de vida já foram obtidos, há dois tipos de riqueza que podemos demandar. Uma delas é a riqueza democrática: são os bens cujo valor reside na satisfação direta que nos proporcionam. Coisa muito distinta, porém, é a demanda por riqueza oligárquica: o desejo de desfrutar daquilo que nos permite "ocupar um lugar de honra na mente dos nossos semelhantes" – os chamados "bens posicionais". A satisfação proporcionada por esse tipo de bem depende essencialmente do fato de que sua posse é privilégio de poucos no grupo de referência.

Daí que na contenda por bens posicionais, onde o sucesso de alguns é por definição a exclusão da maioria, há apetites de consumo que se estendem ao infinito (dos tênis de marca, novos gadgets *e cosméticos às obras de arte). A moeda escassa nesse jogo sisífico é a atenção respeitosa e o afeto das pessoas que nos cercam.*

(GIANNETTI, Eduardo. **Trópicos utópicos**. Companhia das Letras. Edição do Kindle)

1. Defende-se no texto que, uma vez satisfeitas as necessidades básicas, a razão para o consumo decorre, sobretudo,
   (A) de critérios referentes a fatores fisiológicos sem os quais não pode haver bem-estar.
   (B) da exigência de que a sociedade partilhe igualmente dos bens básicos disponíveis.
   (C) das demandas éticas e políticas.
   (D) do desejo de agradar a todos.
   (E) de aspectos subjetivos.

2. O que o autor classifica como "riqueza oligárquica" (4º parágrafo) consiste no desejo de obter bens que
   (A) pudessem nos converter em indivíduos altruístas.
   (B) possam garantir o afeto dos que nos rodeiam.
   (C) permitam driblar as necessidades impostas pela natureza.
   (D) permitam que aquilo que consumimos diferencie nossa imagem dos demais.
   (E) dependem de necessidades reais e palpáveis.

3. *O espectro dos desejos de consumo, todavia, não conhece divisões absolutas.* (2º parágrafo)
   No contexto em que se encontra, o termo sublinhado indica
   (A) condição.
   (B) causa.
   (C) oposição.
   (D) finalidade.
   (E) comparação.

4. Sem prejuízo para o sentido, o termo sublinhado pode ser substituído pelo que se encontra entre parênteses em:
   (A) *mas é difícil acreditar que ele tenha o dom de criar do nada os desejos que insufla* (dissipa).
   (B) *Que o rol das coisas indispensáveis à vida cresceu na história é ponto pacífico* (inquestionável).
   (C) *A gama das fantasias que nos impelem a consumir não é menor que a pletora* (escassez) *de artigos disponíveis no mercado.*
   (D) *Daí que na contenda* (contenção) *por bens posicionais.*
   (E) *A moeda escassa* (plausível) *nesse jogo sisífico é a atenção respeitosa e o afeto das pessoas que nos cercam.*

5. ***Há,*** *não obstante, um aspecto peculiar da nossa "vã imaginação" que remete ao nervo do consumo no mundo moderno.*

Quando os meios de vida já foram obtidos, ***há*** *dois tipos de riqueza que podemos demandar.*

... ***há*** *apetites de consumo que se estendem ao infinito...*

A permuta das formas verbais de "haver" por "existir" nas frases acima tem como resultado, respectivamente:

(A) Existe – existem – existem
(B) Existem – existe – existem
(C) Existe – existe – existe
(D) Existem – existem – existem
(E) Existe – existem – existe

---

6. A redação de um comentário sobre o assunto do texto que está gramaticalmente correta se encontra em:

(A) Se me proporcionam sentimentos de conforto dormir com o ventilador ligado à noite, isso em nada depende de que outros moradores da cidade podem ou não fazer o mesmo.

(B) No caso estadunidense, como evidencia Robert Fogel, a linha da pobreza, hoje, ao redor de 25 mil dólares anuais para uma família de quatro pessoas levaram os pobres do século XXI a serem considerados relativamente ricos pelos padrões de 1890.

(C) Para a maior parte das pessoas, como já observou Adam Smith, a principal fruição da riqueza se dá quando elas pensam possuir bens a que poucos tenham acesso.

(D) O luxo deixa de sê-lo, no seu componente oligárquico a partir do momento em que, se difundem por um grande número de consumidores, tornando-se uma coisa comum.

(E) Percebe-se uma interdependência entre os anseios de consumo, pois aquilo que cada um sente que não podem viver sem, depende também do que possui os outros ao seu redor.

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 12, considere o texto a seguir.

No Brasil, genialidade e improviso aparecem como características fundamentais para se alcançar o sucesso. Isto se torna ainda mais evidente no universo do esporte. A seleção brasileira que conquistou o tricampeonato em 1970, por exemplo, é até hoje idealizada como uma equipe que não precisava treinar, quando sabemos que, na verdade, a comissão técnica daquela seleção se utilizou de métodos de preparação física dos mais modernos da época. Já a seleção que conquistou o tetracampeonato em 1994 foi criticada na mídia justamente por utilizar "marcação forte" e "disciplina rígida".

As narrativas que retratam as trajetórias de vida dos ídolos esportivos frequentemente ressaltam características que os transformam em heróis, mas as dos ídolos da música ou dramaturgia, por exemplo, raramente salientam estas qualidades. A explicação para este fato reside no aspecto de luta que permeia o universo do esporte. A competição é inerente ao próprio espetáculo.

Os estudiosos Edgar Morin e Joseph Campbell chamam a atenção para a diferença entre celebridades e heróis. Enquanto as celebridades vivem para si, os heróis devem agir para redimir a sociedade. A saga clássica do herói fala de um ser que parte do mundo cotidiano e se aventura a enfrentar obstáculos considerados intransponíveis, vence-os e retorna à casa, trazendo benefícios aos seus semelhantes. Esta característica do "ídolo-herói" transforma o universo do esporte em terreno fértil para a produção de mitos relevantes para a comunidade.

(Adaptado de: HELAL, Ronaldo. **A construção de narrativas de idolatria no futebol brasileiro**)

7. No texto, a característica que afasta uma celebridade de um herói é

(A) a disciplina.
(B) o individualismo.
(C) a humildade.
(D) a competitividade.
(E) a perseverança.

---

8. *Já a seleção que conquistou o tetracampeonato em 1994 foi criticada na mídia justamente por utilizar de "marcação forte" e "disciplina rígida".*

O autor recorre ao exemplo acima para embasar o seguinte argumento:

(A) *Os estudiosos Edgar Morin e Joseph Campbell chamam a atenção para a diferença entre celebridades e heróis.*

(B) *Esta característica do "ídolo-herói" transforma o universo do esporte em terreno fértil para a produção de mitos relevantes para a comunidade.*

(C) *A seleção brasileira que conquistou o tricampeonato em 1970, por exemplo, é até hoje idealizada como uma equipe que não precisava treinar.*

(D) *Enquanto as celebridades vivem para si, os heróis devem agir para redimir a sociedade.*

(E) *No Brasil, genialidade e improviso aparecem como características fundamentais para se alcançar o sucesso.*

9. *Enquanto as celebridades vivem para si, os heróis devem agir para redimir a sociedade.* (3º parágrafo)

Preservando a correção gramatical e as relações de sentido, o termo sublinhado acima pode ser substituído por:

(A) Apesar de.

(B) Conforme.

(C) Embora.

(D) Ao passo que.

(E) Na medida em que.

---

10. Considerado o contexto, aproximam-se pelo sentido as palavras

(A) *competição* e *luta*.

(B) *genialidade* e *improviso.*

(C) *sucesso* e *atenção.*

(D) *disciplina* e *espetáculo.*

(E) *mito* e *benefícios.*

---

11. A coesão textual se dá pela omissão de um substantivo que pode ser subentendido pelo contexto no seguinte trecho:

(A) *A competição é inerente ao próprio espetáculo*. (2º parágrafo)

(B) *A explicação para este fato reside no aspecto de luta que permeia o universo do esporte*. (2º parágrafo)

(C) *... mas as dos ídolos da música ou dramaturgia, por exemplo, raramente salientam estas qualidades*. (2º parágrafo)

(D) *A seleção brasileira que conquistou o tricampeonato em 1970, por exemplo, é até hoje idealizada*. (1º parágrafo)

(E) *Isto se torna ainda mais evidente no universo do esporte*. (1º parágrafo)

---

12. *Esta característica do "ídolo-herói" transforma o universo do esporte.* (3º parágrafo)

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

(A) é transformado.

(B) é transformada.

(C) transformam-se.

(D) foi transformada.

(E) tinha se transformado.

Noções de Direito Constitucional

13. Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, a Constituição Federal estabelece:

(A) É a todos assegurada, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

(B) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação policial.

(C) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.

(D) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário prévia e justa indenização em dinheiro.

(E) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo exigida autorização por escrito da autoridade competente.

---

14. Suponha que, com a ausência de reajustes salariais há mais de três anos, policiais militares de determinado Estado pretendam entrar em greve, a fim de forçar o governo estadual a atender o pleito dos grevistas. À luz da Constituição Federal,

(A) somente o poder judiciário, analisando caso a caso, poderá decidir com base nos elementos presentes na situação apresentada, se a greve dos policiais militares é ou não ilegal.

(B) tal manifestação é constitucional, haja vista que é assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

(C) é ilícita a pretensão dos policiais militares, sendo vedado o exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, a todos os servidores públicos que atuem diretamente na segurança pública.

(D) o direito de greve dos servidores públicos deverá ser exercido nos termos e limites definidos em lei específica que deva permanecer inclusive quanto ao percentual do efetivo enquanto perdurar a greve.

(E) como a segurança pública é atividade essencial, caberá ao Governador do Estado atender ao pleito dos manifestantes de modo a permitir restabelecimento do serviço público imediatamente.

15. Lei estadual que regulamenta os sistemas de consórcios e sorteios é

(A) inconstitucional, porque se trata de competência legislativa dos Municípios.

(B) inconstitucional, porque se trata de competência legislativa privativa da União.

(C) constitucional, porque se trata de competência legislativa dos Estados.

(D) constitucional, porque se trata de competência legislativa concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

(E) constitucional, por se tratar de assunto de interesse regional.

16. Segundo o que estabelece a Constituição Federal acerca das normas de proteção ao trabalho do menor,

(A) o empregador, além do salário, deverá custear a educação do trabalhador carente menor de dezoito anos, mediante o fornecimento de bolsa de estudo, desde que comprovada a matrícula em estabelecimento regular de ensino.

(B) é proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de doze anos.

(C) a jornada de trabalho do maior de dezesseis e menor de dezoito anos não deverá ultrapassar seis horas diárias.

(D) a remuneração do serviço do menor de dezoito anos deverá ser, no mínimo, cinquenta por cento maior que a do trabalhador adulto.

(E) é proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos.

17. Em caso de vacância do cargo de Presidente da República no último ano de mandato,

(A) o Vice-Presidente da República assumirá definitivamente o cargo.

(B) far-se-á eleição indireta, pelo Congresso Nacional, ainda que não esteja vago o cargo de Vice-Presidente da República.

(C) o Presidente do Senado Federal assumirá definitivamente o cargo.

(D) far-se-á nova eleição direta para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, ainda que não esteja vago o cargo de Vice-Presidente.

(E) o Presidente da Câmara dos Deputados assumirá provisoriamente o cargo até a realização de novas eleições na data prevista pela Constituição.

18. Ao disciplinar o estado de defesa e o estado de sítio, a Constituição Federal estabelece:

(A) Na vigência do estado de defesa, a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a trinta dias, independentemente de autorização do Poder Judiciário.

(B) Na hipótese de estado de sítio, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal deverão permanecer fechados até o término das medidas coercitivas.

(C) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a noventa dias, podendo ser prorrogado tantas vezes quantas necessárias, por iguais períodos, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

(D) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social, atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.

(E) Cessado o estado de defesa ou o estado de sítio, cessarão também seus efeitos, restando prejudicada a responsabilização dos executores e agentes pelos ilícitos eventualmente cometidos, em razão da anistia de suas condutas durante o período de exceção.

Noções de Direito Administrativo

19. No que diz respeito aos poderes da Administração pública, poder

(A) vinculado é a faculdade de que dispõe a Administração pública para, à vista de determinada situação, selecionar uma entre várias soluções juridicamente possíveis e admitidas, ou seja, é aquele em que o agente administrativo usa de uma razoável liberdade de atuação, podendo valorar a conveniência e a oportunidade da prática do ato, quanto ao seu motivo e, sendo o caso, escolher, dentro dos limites legais, o seu conteúdo.

(B) disciplinar é aquele que está fundado no fato de que na Administração pública existem níveis de subordinação entre órgãos e agentes públicos, no âmbito de uma mesma pessoa jurídica, onde agentes e órgãos de uma mesma entidade estão verticalmente escalonados, cabendo aos superiores exercer as prerrogativas sobre seus subordinados de dar ordens, fiscalizar, controlar, aplicar sanções, delegar e avocar competências.

(C) hierárquico é o que cabe à Administração pública para apurar infrações e aplicar penalidade aos servidores públicos e demais pessoas desde que sujeitas à disciplina administrativa, isto é, particulares a ela ligados mediante algum vínculo jurídico específico.

(D) regulamentar é aquele que confere aos chefes do Executivo a atribuição para criar leis, assim definidas como atos normativos de natureza originária ou primária, que inaugura ou inova na ordem jurídica, disciplinando matéria constitucional, criando direitos e impondo obrigações a toda população.

(E) de polícia é a atividade da Administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

20. A doutrina conceitua o Ato Administrativo como a declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário.

Considere os cinco elementos ou requisitos do Ato Administrativo e as definições apresentadas no quadro a seguir:

Elemento/Requisito	Definição
I - Competência	a - Próprio conteúdo material do Ato Administrativo.
II - Finalidade	b - Modo de exteriorização do Ato Administrativo.
III - Forma	c - Pressuposto de fato e de direito que serve de fundamento ao Ato Administrativo.
IV - Motivo	d - Resultado que a Administração quer alcançar com a prática do Ato Administrativo.
V - Objeto	e - Poder legal conferido ao agente público para o desempenho específico das atribuições de seu cargo.

A associação entre o Elemento/Requisito e sua respectiva Definição está corretamente expressa em

(A) III-a – IV-b – I-c – II-d – V-e

(B) II-a – I-b – III-c – V-d – IV-e

(C) V-a – III-b – IV-c – II-d – I-e

(D) IV-a – II-b – III-c – V-d – I-e

(E) I-a – II-b – III-c – V-d – IV-e

---

21. No que diz respeito aos atributos do Ato Administrativo, a

(A) autoexecutoriedade é o atributo pelo qual o ato administrativo pode ser posto em execução pela própria Administração pública, com a necessidade de prévia intervenção do Poder Judiciário.

(B) imperatividade é o atributo pelo qual os atos administrativos se impõem a terceiros, mediante a sua concordância explícita, e está presente em todos os atos administrativos.

(C) presunção de legitimidade é um atributo presente em todos os atos administrativos e decorre da sujeição da Administração pública à lei. Assim, os atos administrativos, até prova em contrário, presumem-se em conformidade com o sistema normativo.

(D) tipicidade é o atributo pelo qual o ato administrativo deve corresponder a figuras definidas pela lei de forma prévia, ou que venham a ser definidas em momento posterior a sua prática ou concretização, como aptas a produzir determinados resultados.

(E) exigibilidade é o atributo pelo qual a Administração pública tem o poder de exigir que a obrigação imposta seja cumprida, sob pena de sanções legais, dependendo de prévia autorização judicial.

---

22. Suzana encontrava-se presa em penitenciária estadual de determinado Estado, cumprindo pena por tráfico de drogas, ocasião em que, após se desentender com uma colega de cela, foi por ela assassinada. Diante de tal situação, à luz da Constituição Federal, o Estado

(A) poderá ser condenado a reparar os danos materiais e morais decorrentes da morte de Suzana, em razão de sua responsabilidade objetiva, regrada pela teoria do risco administrativo.

(B) não poderá ser responsabilizado a reparar qualquer dano decorrente da morte, por não ter sido o evento causado por um de seus agentes.

(C) somente poderá ser responsabilizado a reparar danos decorrentes da morte de Suzana se comprovada a sua responsabilidade subjetiva, o nexo causal, e o dolo da Administração Penitenciária.

(D) está isento de qualquer dever de reparação de danos, pois o Estado não pode ser responsabilizado por atos de terceiros.

(E) somente poderá ser responsabilizado pela morte da vítima caso comprovada a coautoria do homicídio por parte de algum funcionário da penitenciária estadual.

---

23. Nelson, policial militar de determinado Estado, no exercício de sua função, submeteu Valter a constrangimentos e humilhações no interior de delegacia de polícia, onde buscava informações sobre uma intimação que havia recebido, causando-lhe danos morais. Nesse caso,

(A) como agente do Estado, o ato do policial militar está acobertado pelo princípio da supremacia do interesse público, sendo o Estado e o agente isentos de qualquer responsabilidade.

(B) o Estado somente pode ser responsabilizado por danos materiais. Como no caso em questão houve apenas danos morais, não há que se falar em qualquer indenização.

(C) somente o policial poderá ser responsabilizado pelos danos morais, desde que no Estado exista um código de conduta que explicitamente vede a prática de atos dessa natureza, de observância obrigatória para todos os servidores.

(D) somente atos praticados por servidores civis podem ser imputados à Administração pública, haja vista que a disciplina militar possui regramento próprio, alheio à interferência do Estado.

(E) a responsabilidade, é objetiva e deverá ser imputada ao referido Estado, com a possibilidade de ação regressiva em face do policial causador das ofensas.

24. No que diz respeito ao princípio da autotutela, é correto afirmar:

(A) A Administração pode revogar seus próprios atos por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos. Contudo, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, somente o Poder Judiciário poderá anulá-los, quando provocado.

(B) Somente o Poder Judiciário pode revogar ou anular os atos da Administração pública, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ou por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

(C) A Administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou anulá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, independente da observância acerca de eventuais direitos adquiridos.

(D) A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

(E) A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, mantidos, contudo, os direitos que deles se originaram, em obediência ao princípio da segurança jurídica. A revogação por motivo de conveniência ou oportunidade, caberá apenas ao Poder Judiciário, a fim de que sejam respeitados os direitos adquiridos.

Noções de Direito Penal

25. Segundo o que dispõe o Código Penal, se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência à ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico,

(A) só será punido o executor da ordem, o agente hierarquicamente inferior.

(B) só será punível o autor da coação ou da ordem.

(C) tanto o autor do fato quanto o da coação serão punidos, mas o segundo terá a sua pena agravada.

(D) ambos serão punidos na medida de sua culpabilidade.

(E) ambos serão punidos, mas o executor da ação terá a sua pena diminuída por ter sido coagido.

26. Jorge, delegado de polícia, sacava dinheiro em uma agência bancária, ocasião em que foi abordado por Ronaldo que, fazendo uso de uma faca, anunciou o assalto, subtraiu o valor sacado por Jorge e fugiu do local com sua motocicleta. Jorge, armado de um revólver, o perseguiu, localizando-o cerca de duas horas após os fatos, há cinco quilômetros do local, quando então efetuou dois disparos contra Ronaldo que, ferido, caiu da motocicleta e morreu no local. Nesse caso, Jorge

(A) ficará isento de pena por ter agido em estrito cumprimento de um dever legal.

(B) agiu em legítima defesa, mas deverá responder pelo excesso.

(C) ficará isento de pena por inexigibilidade de conduta diversa.

(D) estará acobertado pela excludente da legítima defesa.

(E) praticou crime de homicídio doloso.

27. Horácio, após uma violenta discussão com Geraldo, seu vizinho, com quem vinha se desentendendo há muito tempo, desfere contra ele diversas facadas, com intenção de matá-lo, e o deixa gravemente ferido. Ocorre que outros moradores do condomínio testemunharam a ação e acionaram rapidamente o socorro. Contudo, a ambulância que fazia o transporte de Geraldo, a caminho do hospital, colidiu com um caminhão-tanque de combustível que explodiu no local, matando a todos os ocupantes da ambulância. Diante de tal situação, Horácio poderá ser responsabilizado pelo crime de

(A) homicídio consumado com relação a todos os ocupantes da ambulância.

(B) homicídio consumado com relação a Geraldo.

(C) homicídio tentado com relação a Geraldo.

(D) lesão corporal seguida de morte com relação a Geraldo.

(E) lesão corporal seguida de morte com relação a Geraldo e homicídio culposo em relação aos demais ocupantes da ambulância.

28. Jonas, policial em patrulhamento em determinada cidade, decide, no meio do seu expediente de trabalho, estacionar a viatura que conduzia, em via pública, para tomar café em uma padaria, deixando as chaves na ignição do veículo. Um indivíduo não identificado, aproveitando-se da situação, ingressa no interior da viatura e a subtrai do local. Nesse caso, Jonas poderá ser responsabilizado por peculato

(A) culposo.

(B) furto.

(C) apropriação.

(D) mediante erro de outrem.

(E) desvio.

29. Sobre o crime de tortura, considere:

I. Constitui crime de tortura constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa.

II. Se o crime for cometido por agente público, a pena é duplicada.

III. A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo mesmo tempo da pena aplicada.

IV. O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I, II e III.
(B) I, II e IV.
(C) II, III e IV.
(D) I e IV.
(E) II e III.

30. Sobre o abuso de autoridade, a legislação em vigor estabelece:

(A) Decretar a condução coercitiva de testemunha ou investigado manifestamente descabida ou sem prévia intimação de comparecimento ao juízo é crime punido com reclusão.

(B) As responsabilidades civil e administrativa dependem da responsabilidade criminal, podendo-se questionar a existência ou a autoria do fato ainda que essas questões já tenham sido decididas no juízo criminal.

(C) O crime de abuso de autoridade é de ação penal pública condicionada a representação do ofendido.

(D) É efeito da condenação tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, devendo o juiz, a requerimento do ofendido, fixar na sentença o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos por ele sofridos.

(E) Membros dos Poder Legislativo e Executivo não podem ser sujeitos ativos do crime de abuso de autoridade.

Noções de Direitos Humanos

31. Pelo princípio da vedação ao retrocesso, em matéria de direitos humanos, também conhecido como princípio da proibição de regresso,

(A) a testemunha, após prestar o seu depoimento em audiência, não poderá mais alterá-lo.
(B) a aplicação da lei só pode regular efeitos futuros, não podendo retroagir.
(C) o preso, após a progressão do regime fechado para o semiaberto, não poderá mais voltar para o regime mais severo.
(D) os direitos não podem retroagir, só podendo avançar na proteção dos indivíduos.
(E) não há crime sem lei anterior que o defina e não há pena sem prévia cominação legal.

32. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos estabelece:

(A) Ninguém pode ser objeto de ingerências arbitrárias ou abusivas em sua vida privada e na de sua família, exceto nos casos de risco à segurança nacional.

(B) Os direitos essenciais do homem derivam do fato de ser ele nacional de determinado Estado.

(C) As penas privativas da liberdade devem ter por finalidade essencial a retribuição ao mal praticado pelo agente criminoso.

(D) Ninguém deve ser detido por dívidas, incluindo-se aquelas originadas de inadimplemento de obrigação alimentar.

(E) Toda pessoa tem direito de ser indenizada conforme a lei, no caso de haver sido condenada em sentença passada em julgado, por erro judiciário.

33. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos, ao tratar das liberdades de pensamento e de expressão, e das de consciência e de religião, estabelece:

I. Somente se pode restringir o direito de expressão por vias ou meios indiretos, tais como o abuso de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa, de frequências radioelétricas ou de equipamentos e aparelhos usados na difusão de informação.

II. A lei pode submeter os espetáculos públicos a censura prévia, com o objetivo exclusivo de regular o acesso a eles, para proteção moral da infância e da adolescência.

III. A lei deve proibir toda propaganda a favor da guerra, bem como toda apologia ao ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitação à discriminação, à hostilidade, ao crime ou à violência.

IV. Os pais, e quando for o caso os tutores, têm direito a que seus filhos ou pupilos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) II, III e IV.
(B) I e III.
(C) I, II e IV.
(D) III e IV.
(E) I e II.

34. As garantias e os direitos fundamentais permeiam todo o texto da Constituição Federal, que inclui, entre outras disposições, que

(A) o princípio da dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, servindo de parâmetro orientador para toda atuação do Estado brasileiro.

(B) ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante, salvo em caso de guerra declarada.

(C) a República Federativa do Brasil rege-se, nas suas relações internacionais, pelos princípios da intervenção e subordinação dos povos.

(D) o princípio da igualdade entre homens e mulheres não é absoluto, podendo ser admitidas restrições à igualdade da mulher que a cultura e a religião nacional imponham.

(E) o tratado e convenção internacional sobre direitos humanos que for aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às leis ordinárias.

---

35. A Declaração Universal dos Direitos Humanos

(A) foi o primeiro diploma a reconhecer o direito à comunicação, à informação e ao acesso às novas tecnologias.

(B) estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida.

(C) dispõe que todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.

(D) tem um capítulo exclusivo para a defesa e proteção dos índios e das comunidades tradicionais.

(E) foi aprovada na IX Conferência Internacional Americana, realizada em Bogotá, em 1948.

---

36. A Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância estabelece que os Estados se comprometem a prevenir, eliminar, proibir e punir, de acordo com suas normas constitucionais e com as disposições da Convenção, todos os atos e manifestações de racismo, discriminação racial e formas correlatas de intolerância,

(A) todavia, não há qualquer referência à publicação, circulação ou difusão de qualquer material racista ou racialmente discriminatório, por meio da internet, haja vista que a sua promulgação se deu antes da proliferação do uso desse meio de transmissão de informações.

(B) inclusive, qualquer restrição racialmente discriminatória do gozo dos direitos humanos consagrados nos instrumentos internacionais e regionais aplicáveis e pela jurisprudência dos tribunais internacionais e regionais de direitos humanos, especialmente com relação a minorias ou grupos em situação de vulnerabilidade e sujeitos à discriminação racial.

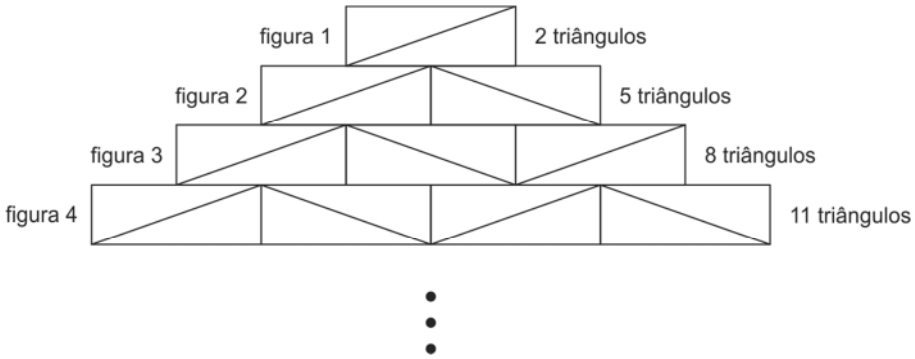
(C) entretanto, não faz referência a qualquer restrição ou limitação do uso de idioma, tradições, costumes e cultura das pessoas em atividades públicas ou privadas, por serem manifestações que fogem ao escopo da Convenção.

(D) excepcionalmente, contudo, autoriza, em nome do progresso científico, a realização de pesquisas ou aplicação dos resultados de pesquisas sobre o genoma humano, especialmente nas áreas da biologia, genética e medicina, com vistas à seleção ou à clonagem humana, sem qualquer restrição.

(E) porém, não prevê eventuais práticas de restrição ou limitação, com base em discriminação racial, do direito de a pessoa de obter acesso à água, aos recursos naturais, aos ecossistemas, à biodiversidade e aos serviços ecológicos, uma vez que se trata de patrimônio nacional de cada Estado.

Raciocínio Lógico e Matemática

37. Considere o seguinte padrão de formação de uma sequência de figuras e o número de triângulos que podem ser formados em cada figura.



Completando-se o padrão descrito até a figura 100, a soma dos números de triângulos formados da figura 1 até a figura 100 será igual a

(A) 7525

(B) 7550

(C) 15050

(D) 15100

(E) 15500

38. A figura descreve um acidente sequencial de seis carros, provocado pelo carro **I**, dirigido por Paulo. Dois dos carros são da cor vermelha, dois são da cor cinza, um da cor amarela e um da cor azul. Não houve batida entre carros de uma mesma cor.

Paulo dirigia um carro cinza. O carro azul de Luís era o único carro entre os carros de Bruno e Renato. O carro de David não era cinza e se envolveu no acidente apenas com o carro de Bruno. Um carro vermelho bateu no carro de David. O carro de Roberto, que também se envolveu no acidente, e sua cor eram:

(A) **V**, vermelho.

(B) **V**, amarelo.

(C) **V**, cinza.

(D) **II**, amarelo.

(E) **II**, vermelho.

---

39. Nenhum Médico desgosta de Biologia. Certos Médicos também são Químicos. Em consequência dessas proposições, é correto afirmar que

(A) alguns Químicos desgostam de Biologia.

(B) alguns Químicos gostam de Biologia.

(C) quem gosta de Biologia é Médico.

(D) quem é Químico gosta de Biologia.

(E) Médicos podem ser Químicos que não gostam de Biologia.

---

40. Em uma reunião no dia 30 de setembro de 2021, pediu-se aos oito participantes que somassem sua idade, naquela data, com o ano de seu nascimento. Se a soma de todos os resultados obtidos foi 16165, o número de participantes que ainda não tinham feito aniversário naquela data de 2021 era

(A) 3

(B) 4

(C) 5

(D) 6

(E) 7

---

41. De acordo com dados estatísticos, a porcentagem de negros na população do Brasil é 54% e a porcentagem de policiais negros no efetivo da polícia brasileira é cerca de 45%. Usando esses dados, se existem **x** policiais no efetivo da polícia brasileira e se fossem contratados **y** novos policiais negros, de tal forma que a nova porcentagem de policiais negros no efetivo da polícia brasileira se equiparasse à porcentagem de negros da população brasileira, então $\frac{\mathbf{y}}{\mathbf{x}}$ seria equivalente a

(A) $\frac{1}{11}$

(B) $\frac{7}{45}$

(C) $\frac{1}{6}$

(D) $\frac{9}{46}$

(E) $\frac{1}{5}$

42. Sobre o efetivo das polícias civil e militar, considere os dados a seguir.

Mulheres são minoria na PM pelo Brasil

Efetivo da Polícia Militar

Estado	Quantidade de mulheres	Quantidade de homens	Porcentagem de mulheres em relação ao total do efetivo, em %
CE	782	18.480	4
PA	974	14.580	6
PI	439	5.279	8
MT	573	6.573	8
SC	794	8.969	8
PB	779	8.423	8
MA	957	10.069	9
GO	1.203	11.589	9
AC	243	2.280	10
MG	3.812	35.229	10
SE	486	4.489	10
RO	529	4.805	10
MS	482	4.253	10
DF	1.114	9.465	11
RJ	4.943	38.938	11
TO	418	3.152	12
PR	2.301	16.921	12
AM	1.036	7.534	12
PE	2.183	15.502	12
ES	1.125	7.193	14
SP	11.554	73.699	14
AL	990	6.216	14
BA	4.676	26.500	15
RS	2.632	13.322	16
RR	297	1.351	18
AP	858	2.690	24

Efetivo da Polícia Civil

27%	73%
29.124 mulheres	80.316 homens

(**Folha de São Paulo**, agosto de 2020)

Com base APENAS nesses dados, conclui-se que

(A) o número de policiais mulheres no efetivo da polícia civil é maior do que o número de policiais mulheres no efetivo da polícia militar do Brasil.

(B) o percentual de mulheres no efetivo da polícia civil ultrapassa o percentual de mulheres no efetivo da polícia militar de qualquer estado brasileiro.

(C) o Estado de São Paulo possui mais policiais militares homens e mulheres do que o total de policiais civis homens e mulheres do Brasil.

(D) 51% do efetivo da polícia do Amapá, incluindo polícia civil e militar, é formada por policiais mulheres.

(E) o Estado brasileiro com menos policiais civis mulheres é o Acre.

Atualidades

43. *No início do mês de maio de 2022, dois países europeus anunciaram que pediriam para entrar na OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) motivados principalmente pelas ameaças da vizinha Rússia e pela guerra na Ucrânia. Para o processo ser concluído, é necessário ter a aprovação de todos os 30 países membros do bloco. Um destes países, a Turquia, se opõe à entrada destes dois países.*

(Disponível em: **estadao.com.br**. Adaptado)

Os países que postulam a entrada na OTAN são

(A) Suécia e Finlândia.
(B) Alemanha e Grécia.
(C) Polônia e Suíça.
(D) Letônia e Estônia.
(E) República Checa e Hungria.

44. *O Ministério da Economia informou nesta segunda-feira (03/jan/2022) que a balança comercial brasileira registrou superávit de US$ 61 bilhões em 2021, valor abaixo do previsto pelo governo.*

O superávit é registrado quando as exportações superam as importações. Quando acontece o contrário, isto é, as importações superam as exportações, o resultado é de déficit.

(Disponível em: **https://g1.globo.com**. Adaptado)

No que se refere à balança comercial brasileira,

(A) a redução do superávit está relacionada à menor exportação de automóveis.

(B) o superávit registrado torna o Brasil o segundo maior exportador do mundo.

(C) quase metade das nossas exportações são produtos industrializados.

(D) o Brasil deixou de exportar produtos para o Mercosul.

(E) o nosso principal parceiro comercial é a China.

---

45. Em 2020, dois cientistas ganharam o prêmio Nobel de medicina com a descoberta do vírus causador da doença. O estudo é uma contribuição "decisiva" na luta contra a doença – que provoca cirrose e câncer no fígado.

Trata-se do vírus

(A) HIV.

(B) H1N2.

(C) da hepatite C.

(D) do Ebola.

(E) do sarampo.

---

46. *Na Academia Brasileira de Letras (ABL), a eleição de pessoas ligadas a outras áreas da cultura, como ocorreu recentemente, é muitas vezes criticada. A alegação é de que só escritores poderiam se inscrever na ABL, mas o debate vem desde a fundação da academia, no final do século XIX.*

(Disponível em: **https://vejario.abril.com.br/**. Adaptado)

Neste ano de 2022, tomaram posse como novos "imortais" da ABL

(A) Luís Fux e Glória Menezes.

(B) Chico Buarque de Holanda e Dráuzio Varella.

(C) Caetano Veloso e Fernando Henrique Cardoso.

(D) Fernanda Montenegro e Gilberto Gil.

(E) Sebastião Salgado e Fernando Morais.

---

47. A ativista sueca Greta Thunberg, de 16 anos, foi escolhida a personalidade do ano de 2019 pela revista americana *Time*. O título é concedido anualmente a pessoas que, por diferentes razões, se destacaram por suas atividades. Desde 2018 ela se tornou um símbolo de luta com protestos que começaram em Estocolmo e ganharam o mundo. Com discursos comoventes nas conferências da ONU, ela despertou a antipatia de líderes mundiais, mas também foi, de acordo com a revista, *a voz do maior desafio enfrentado pelo planeta*.

A ativista se tornou conhecida por seus discursos

(A) de defesa do movimento feminista.

(B) contra o racismo.

(C) a favor do desarmamento.

(D) condenando as armas nucleares.

(E) de proteção ao meio ambiente.

---

48. Alteração relevante nas regras de patentes de medicamentos, que opunham setores farmacêuticos de genéricos e de medicamentos patenteados, foi decidida em maio de 2021. Foi derrubado trecho da Lei de Propriedade Industrial (LPI) que prevê extensão do prazo de patentes em caso de demora na análise pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

Foi responsável pela alteração das regras o

(A) Congresso Nacional.

(B) Supremo Tribunal Federal (STF).

(C) Senado Federal.

(D) Superior Tribunal de Justiça (STJ).

(E) Poder Executivo.

História do Estado do Amapá

49. Antes de o domínio português ser reconhecido pelo Tratado de Utrech no século XVIII, a região onde se encontra o atual Amapá foi objeto de disputas territoriais entre várias potências coloniais, dentre as quais:

(A) Inglaterra, Alemanha e Áustria.

(B) Itália, Espanha e França.

(C) Holanda, Inglaterra e França.

(D) Holanda, Espanha e Áustria.

(E) Estados Unidos, Inglaterra e Holanda.

---

50. A criação do Território do Amapá e sua transformação em Estado ocorreram, respectivamente, em

(A) 1900, com o reconhecimento das fronteiras entre Brasil e Guiana Francesa, e em 1967, durante o Regime Militar.

(B) 1713, quando Portugal firmou o Tratado de Utrech, e em 1943, com a separação do Estado do Pará.

(C) 1840, com a derrota da Cabanagem, e em 1985, com a fundação da Nova República.

(D) 1939, por causa da Segunda Guerra Mundial, e em 1990, com a primeira eleição para governador do Estado.

(E) 1943, durante a ditadura do Estado Novo, e em 1988, por ocasião da promulgação da atual Constituição brasileira.

---

51. Na primeira metade do século XX, sobretudo até meados da década de 1940, houve uma importante atividade econômica que conectou o território do Amapá à economia nacional e mundial, marcada

(A) pela pecuária bovina de larga escala.

(B) pelo cultivo da soja para exportação.

(C) pela criação de lagosta em nível industrial.

(D) pela extração do látex para a produção da borracha.

(E) pelo cultivo de especiarias do sertão.

---

52. Considere o texto abaixo.

Para a Amazônia, a nova política para a região foi denominada "Operação Amazônia", lançada em 01/02/1966, em Macapá, com a presença de governadores e ministros. A chave da nova política era a distribuição de incentivos fiscais. Dadas as prioridades da ditadura militar, as razões da política não eram apenas econômicas, tendo também o objetivo político de ocupar a Amazônia, eliminando um vácuo que poderia ser ocupado por potências estrangeiras ou, à maneira das Farcs na Amazônia colombiana, por forças subversivas como, anos mais tarde, a guerrilha do Araguaia.

(FERREIRA, Sylvio Mario P. e BASTOS, Paulo Zahluth. Disponível em: **https://www.eco.unicamp.br**)

O texto indica que

(A) os anos 1960 foram para o Amapá, e para a região amazônica de modo geral, um período de emprego de uma forte política estatal de desenvolvimento econômico, já que se julgava importante e urgente industrializar a região.

(B) os incentivos fiscais foram empregados durante o regime militar para reprimir as chamadas "forças subversivas" após a Guerrilha do Araguaia.

(C) o governo militar procurou atrair investimentos por meio de incentivos fiscais visando ocupar a região que era desabitada, principalmente no caso da capital do Amapá.

(D) os interesses políticos e econômicos pesaram conjuntamente na decisão do regime militar em aumentar a ocupação e o controle da região, a partir do lançamento de uma política com esse fim, no Amapá.

(E) os objetivos de origem política, nos anos 1960, foram mais importantes que os econômicos, uma vez que o Estado priorizou o combate às forças estrangeiras, como eram exemplos as *Farcs* e os guerrilheiros do Araguaia.

---

53. Duas manifestações do sincretismo cultural existente no Amapá podem ser vistas nas festas populares denominadas

(A) Marabaixo e Festa de São Tiago.

(B) Boi-Bumbá e Maracatu.

(C) Festa de São José do Macapá e Capoeira.

(D) Marujada de Bragança e Círio de Nazaré.

(E) Festa de São Gonçalo de Mazagão e Folia de Reis.

54. A Cabanagem foi um episódio histórico marcante para a história do Amapá e, de modo geral, também para a história da região Norte, pois

(A) provocou uma guerra civil entre as províncias da região Norte e as do Nordeste, divididas entre escravocratas e abolicionistas.

(B) constituiu-se como um movimento liderado por grandes proprietários de terras que pressionavam, com a formação de frentes de batalha, pela abdicação de Dom Pedro I.

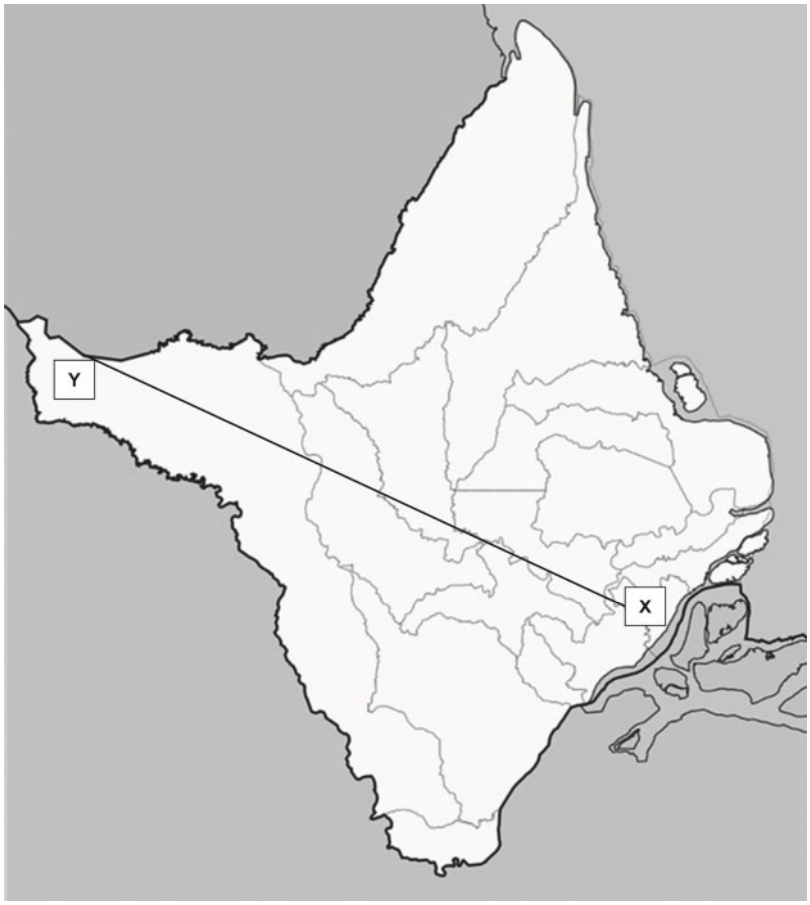
(C) mobilizou as elites locais em torno da autonomia provincial e contou com forte participação popular, de índios e negros, que lutaram pela melhoria das condições de vida.

(D) foi um movimento republicano liderado por trabalhadores das camadas médias e apoiado pelos holandeses que tinham, desde o período colonial, interesses territoriais na região.

(E) definiu-se como um movimento popular de inspiração comunista que tomou o poder e conseguiu abolir a escravidão no Amapá, provocando reações da província do Pará.

Geografia do Estado do Amapá

55. Considere o mapa a seguir.



(**IBGE**)

Em comparação à área **X**, a área **Y** apresenta como características naturais

(A) o aumento da altitude e a redução das chuvas anuais.

(B) o aumento da pluviosidade e o aparecimento do cerrado.

(C) a diminuição da umidade do ar e a expansão das áreas florestais.

(D) a expansão das áreas campestres e o aumento da pluviosidade.

(E) o predomínio de terrenos planos e a diminuição da área florestal.

56. Algumas características da população amapaense, observadas no Censo de 2010, permanecem nos dias atuais, tais como:

(A) a baixa expectativa de vida e o predomínio das atividades primárias.

(B) as altas taxas de mortalidade infantil e o envelhecimento da população.

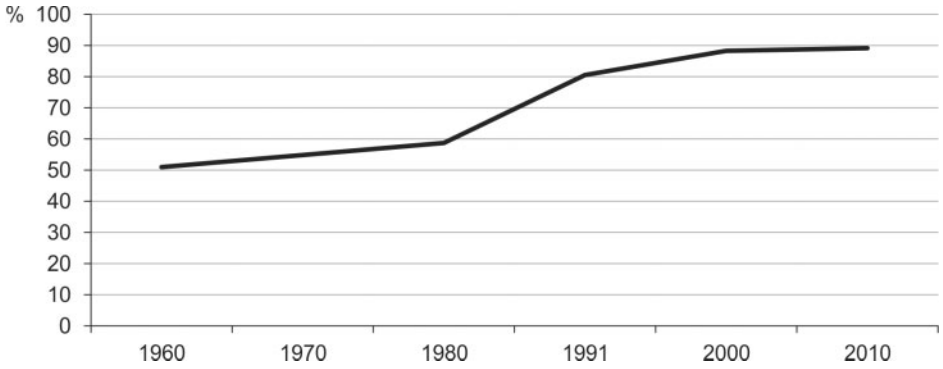
(C) o pequeno número de jovens e a baixa taxa de fecundidade.

(D) o predomínio da população rural e a ampliação do número de analfabetos.

(E) as baixas taxas de natalidade e o aumento das atividades secundárias.

57. Considere o gráfico a seguir.

AMAPÁ – Evolução da urbanização



(Disponível em: **https://censo2010.ibge.gov.br**)

A leitura do gráfico e os conhecimentos sobre o espaço econômico e social do Amapá permitem afirmar que o Estado

(A) possui regular distribuição demográfica e Macapá concentra cerca de 25% da população amapaense.

(B) apresentou forte crescimento da população urbana porque desde 1980 aumentou para 30 o número de municípios.

(C) é tradicionalmente urbano e, em consequência, apresenta predomínio de atividades secundárias e terciárias.

(D) redistribuiu a população pelo espaço amapaense em razão do aumento da urbanização no século XXI.

(E) apresentou, a partir de 2000, taxa de urbanização estável, devido à expansão da fronteira agrícola com a de soja no Estado.

58. *Esses plantios começaram há cerca de dez anos, quando chegaram à capital, Macapá, produtores e filhos de agricultores vindos do Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e até do Paraguai. O plano era criar uma nova fronteira, aproveitando o sol e a chuva abundantes da região. Até 2019, o grupo, que chegou a 40 agricultores, tinha a atividade agrícola assegurada pela Licença Ambiental Única (LAU), emitida pelo Estado e renovada a cada ano.*

(Disponível em: **revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultural**)

O texto destaca o início dos plantios de

(A) feijão e soja.

(B) mandioca e feijão.

(C) milho e feijão.

(D) arroz e mandioca.

(E) soja e milho.

59. O Produto Interno Bruto (PIB) é um indicador importante para mensurar o comportamento da atividade econômica de um Estado ou região. No caso do Amapá, o setor

(A) industrial é dependente dos resultados cíclicos da indústria de extração mineral e vegetal e representa pouco mais de 10% do PIB.

(B) de serviços tem decrescido por falta de investimentos privados e, atualmente, representa cerca de 50% do PIB estadual.

(C) agropecuário está em processo de forte crescimento, tendo atingido ao final de 2020 a participação de 30% do PIB.

(D) de serviços tende a se recuperar e atingir 60% do PIB com a dinamização da Área de Livre Comércio de Macapá-Santana.

(E) industrial está em plena evolução tendo atingido 45% do PIB com a dinamização da reserva extrativista do Cajari.

60. No Amapá, o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) cresceu de 2010 para 2017: passou de 0,738 para 0,740, conforme o Radar IDHM.

A evolução do IDHM do Amapá deve-se ao crescimento dos seguintes fatores:

(A) renda e produtividade.

(B) educação e longevidade.

(C) atividade comercial e educação.

(D) avanço tecnológico e longevidade.

(E) produtividade e avanço tecnológico.